

**SE EU FOSSE MINISTRO DA EDUCAÇÃO, EU FARIA O SEGUINTE A
PROPÓSITO DA EAD..**

Primeiramente, consideraria que o Brasil é um país com dimensões transcontinentais, marcado por desigualdades sociais principalmente em relação ao usufruto do direito constitucional de educação para todos. Assim, toda e qualquer tomada de decisão na área de EAD deve partir do princípio de assegurar a educação enquanto um direito de todos e sua oferta com qualidade, independentemente da modalidade; para isso, no campo da EAD, é necessária uma melhor regulamentação a respeito da organização, funcionamento e avaliação dos cursos e atividades, bem como uma legislação que apresente maior clareza a respeito das especificidades do exercício profissional nessa área, assegurando aos profissionais que atuam nessa modalidade, garantias, direitos e benefícios equivalentes aos usufruídos por aqueles que atuam no ensino presencial, principalmente nas instituições públicas de ensino.

No papel de Ministro da Educação, procuraria adotar medidas políticas mais incisivas para o fortalecimento e ampliação da oferta de cursos na modalidade EAD, buscando sanar as inconsistências e problemas que dificultam a realização de atividades nessa área, como por exemplo a exigência da realização de avaliações presenciais pelos alunos – se o curso é a distância, justamente para ampliar as oportunidades de acesso para aqueles que se encontram em localidades que não possuem a oferta de um dado curso, a exigência de deslocamento para realização de avaliações presenciais ou outras atividades entra em choque com a própria razão fundante da modalidade, ou seja, o fato de não ser necessária a presença física e temporal simultânea dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para validar as mesmas - o que impossibilita ou dificulta o acesso e fomenta a evasão nos cursos.

Outro aspecto importante a ser considerado é que são necessárias ações para assegurar o processo de expansão da EAD pública e de qualidade, processo o qual demanda entre outras, condições físico-estruturais necessárias para tal; assim, investimentos na infraestrutura física das unidades de ensino, dos polos, dos equipamentos e melhorias nos serviços, principalmente nos serviços de rede, proporcionando uma internet de acesso gratuito e com qualidade, rapidez e segurança para os usuários, entre outras, seriam medidas a serem consideradas por um Ministro da Educação.

Por fim, considerando que o sistema educacional e seus profissionais devem contribuir para uma formação crítico-reflexiva dos alunos, para que estes possam conhecer, compreender e atuar no meio do qual fazem parte, é extremamente necessária uma reformulação do processo de formação dos profissionais da educação, principalmente daqueles que pretendem atuar na EAD, ou seja, os cursos de formação de professores precisam de uma orientação mais precisa por parte do Ministério da Educação em relação a suas propostas de formação profissional; no contexto de uma sociedade da informação, onde a escola e seus profissionais não podem ficar a margem dos saberes necessários para atuarem na docência, precisando assim ampliar sua capacidade não só de interação, mas também de intervenção em relação a construção de aprendizagens significativas, que contemplem as necessidades educacionais dos alunos.